



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo nono dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se, de forma semipresencial, a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Bieco. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos parlamentares presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Enfermeira Nazaré Lima repercutiu denúncias recebidas de que profissionais de enfermagem, funcionários de instituições privadas, foram demitidos por participar do ato, recentemente realizado em Belém, reivindicando melhores condições salariais e de trabalho para a categoria. Considerou inaceitável essa forma de retaliação, colocando a assessoria jurídica de seu mandato e do PSOL à disposição desses trabalhadores. Comparou a Enfermagem no Brasil a uma mulher negra e pobre, explicando ser mulher porque as mulheres constituem 85% da categoria, constituindo as mulheres negras 65% dessas trabalhadoras. A inexistência de um piso salarial, continuou, faz com que a Enfermagem seja pobre, pois a maioria recebe salário mínimo. Além disso, acrescentou, os profissionais estão sujeitos a péssimas condições de trabalho, exemplificando não haver nos hospitais, frequentemente, sequer um lugar onde possam descansar: para fazê-lo, deitam-se sob um balcão, deitam-se no chão ou em um colchão sem higiene. Amaury da APPD agradeceu à equipe responsável pela vacinação contra a Covid-19, noticiando que, no último final de semana, fora iniciada a vacinação das pessoas com deficiência na faixa etária de 56 até 59 anos. Na quinta-feira e na sexta-feira seguintes, continuou, seriam vacinadas as pessoas com deficiência na faixa etária de 40 até 59 anos. A Associação Paraense das Pessoas com Deficiência - APPD e o Ministério Público Estadual do Pará - MPPA lutaram para a inclusão das pessoas com deficiência entre as prioridades na vacinação contra a pandemia, recordou. Elogiou depois a atuação incansável da secretária Ivanise Gasparim, titular da Secretaria Municipal de Saneamento - Sesan, recapeando ruas, tapando buracos nas vias, limpando bueiros e canais. Neste ano, indicou, não se viu o desespero da população atingida por enchentes em nossa cidade como ocorria anteriormente. Apesar de ter contraído recentemente a Covid-19, Ivanise continuava a trabalhar em sua casa, conduzindo as ações da Sesan, registrou. Belém tem uma nova cara, opinou, é uma cidade mais limpa, pois o poder público tem realizado eficientemente a coleta de entulho e lixo orgânico. Matheus Cavalcante divulgou a realização do Feirão do Imposto em nossa capital, feito em parceria com a Associação Comercial do Estado do Pará, iniciando nesta data e indo até o domingo seguinte. Neste evento, notificou, empresários de vários setores - combustível, alimentos, varejo e outros - prestariam serviços ou venderiam produtos sem a cobrança do valor do tributo. Isso permitiria ao cidadão comum perceber o quanto paga de imposto em cada produto que adquire, avaliou, mostrando o quanto a nossa carga tributária é injusta e alta. As pessoas que recebem salário mínimo pagam proporcionalmente mais imposto em nosso país, aditou, não havendo tributação sobre grandes fortunas. O sistema tributário mais honesto distribui melhor as receitas, beneficiando as pessoas que ganham menos, os microempreendedores ou os pequenos empreendedores, ponderou. Atuando como advogado tributarista, viu que os grandes grupos empresariais têm a seu serviço os melhores escritórios de advocacia para lidar com as questões tributárias, mas os pequenos e médios empresários tinham dificuldades em coisas simples e tornavam-se reféns de altas cargas de impostos, testemunhou. Fernando Carneiro mencionou a Operação Akunduba, realizada pela Polícia Federal para apurar crimes contra a administração pública (corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e, especialmente, facilitação de contrabando) praticados por agentes públicos e empresários do ramo madeireiro. Recordou que Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente e alvo da operação, veio ao Pará e, diante de mais de 40 mil toras de madeira apreendidas pela Polícia Federal, examinou duas e disse que "estava tudo certo", mandando depois demitir o delegado responsável pela apreensão. É hora de colocar na cadeia os corruptos que infestam o governo federal, expressou, e é hora de prender Ricardo Salles, já processado anteriormente por sua atuação como secretário de Meio Ambiente em São Paulo,

tendo uma longa ficha corrida em defesa dos madeireiros, do desmatamento e dos grandes empreendimentos que estão destruindo a Amazônia. Expôs depois ser este um dia de luta contra o corte de verbas para a educação pública e contra a aprovação do projeto, em trâmite na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional, que torna a educação um serviço essencial. Os trabalhadores em educação são contrários ao projeto, explicou, porque ele tem o único objetivo de promover o retorno às aulas presenciais sem a realização da vacinação das pessoas envolvidas. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PL, Pablo Farah noticiou que daria entrada em um requerimento solicitando ao prefeito Edmilson Rodrigues a realização de um estudo de impacto orçamentário da equiparação do salário-base do funcionalismo público municipal ao salário mínimo nacional. Salientou ser essa equiparação uma dívida histórica para com os servidores municipais, lembrando que a prática de não reajustar o salário-base do funcionalismo fora adotada pelo ex-governador Simão Jatene e depois copiada pelo ex-prefeito Zenaldo Coutinho. Disse ter certeza de que o prefeito Edmilson Rodrigues corrigiria essa maldade praticada contra os servidores, como Hélder Barbalho já o fizera em nível estadual. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pela liderança da Oposição, Josias Higino declarou que apoiaria o requerimento citado anteriormente pelo vereador Pablo Farah. Contou ter ficado por quatro anos afastado deste parlamento, mas acompanhava as reivindicações salariais dos funcionários públicos municipais. Se o prefeito Edmilson Rodrigues atendesse a essa demanda, reconheceu, seria um ato realmente louvável. Inteirou posteriormente a plenária sobre a dificuldade enfrentada pelos usuários do IPAMB para conseguir a marcação de consultas médicas por telefone, prática tornada obrigatória durante a pandemia. Pediu ao líder do Governo neste parlamento, vereador Allan Pombo, que entrasse em contato com a direção do IPAMB visando melhorar esse atendimento. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Fabrício Gama alegou ainda haver pontos de alagamento e de acúmulo de lixo na cidade. Referiu depois que um decreto interno diminuira a carga horária dos agentes, fazendo com que não fossem mais às ruas, deixando as vias da cidade sem fiscalização. Em aparte, manifestou-se o vereador Mauro Freitas. Pela liderança do PT, Bia Caminha agradeceu pela aprovação, na sessão ordinária anterior, da Moção de Protesto e Repúdio ao corte promovido pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC de 30,3 milhões no orçamento de custeio da Universidade Federal do Pará – UFPA. Agradeceu também ao secretário municipal de Saúde, senhor Maurício Cezar Soares Bezerra, a inclusão das grávidas e puérperas na lista de prioridades na vacinação contra a Covid-19. Participou depois ter protocolado, no dia anterior, um projeto de lei estabelecendo a tarifa social da água no município de Belém para famílias em situação de vulnerabilidade social, pedindo o apoio dos demais vereadores para a sua aprovação. Referiu-se depois à aprovação, na Câmara dos Deputados, da Lei do Despejo Zero, de autoria da deputada federal Natália Bonavides (PT - RN), proibindo o despejo ou a desocupação de imóveis até o fim de 2021 e suspendendo os atos judiciais praticados desde 20 de março de 2020. Esclareceu tratar-se de uma campanha nacional visando proteger a população mais vulnerável durante a pandemia, sendo a lei importantíssima para garantir o direito à moradia, e que o projeto passaria agora ao Senado Federal. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro. Findo este pronunciamento, o presidente Bieco leu para a plenária o comunicado da vereadora Dona Neves informando sobre a saída do PSD do bloco formado entre este partido e o partido Republicanos. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade parabenizou o governador Hélder Barbalho e o prefeito Edmilson Rodrigues pela assinatura, no dia anterior, de um termo de cooperação técnica para a criação de uma creche, que será construída pelo governo do estado e depois administrada pela Prefeitura Municipal de Belém – PMB. Participaram do evento, realizado no Teatro Maria Sylvania Nunes, mais de noventa prefeitos, assinando estes também o termo de adesão ao programa “Creches por todo o Pará”, que objetiva construir creches em todos os municípios paraenses. Enfatizou a importância desta iniciativa por reduzir o número de crianças fora da escola e permitir aos pais que trabalhem em período integral. Em relação à proposta do vereador Pablo Farah de equiparação do salário-base do funcionalismo público municipal ao salário mínimo nacional, expressou ter certeza de ser esse um sonho do prefeito Edmilson Rodrigues, informando haver uma mesa de negociação permanente com vários sindicatos de servidores municipais a respeito. Este parlamento votaria, em breve, o fator previdenciário municipal, observou, isso representaria mais um sacrifício para o servidor e, assim, a PMB entendia que devia haver uma compensação. Julgou ser um tema complexo, avaliando-se pontos como a incorporação de gratificações e o tiquete alimentação. Advertiu que esta pauta deveria ser discutida de forma profunda, sem politização, pois se tratava de adequar o regime previdenciário municipal à Reforma da Previdência, aprovada em nível federal havia dois anos. A alíquota de contribuição previdenciária para os servidores aumentaria de 11% para 14% e devia ser estabelecida uma contrapartida, ajuizou. Quanto ao pronunciamento anterior do vereador Josias Higino, atentou não se tratar mais do IPAMB, mas do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Belém – IASB. Medidas seriam tomadas para melhorar a qualidade do atendimento, assegurou, informando que muitos servidores do IASB haviam contraído a Covid-19 e estavam afastados do trabalho. Lembrou ter



havido um acréscimo na contribuição mensal, na gestão municipal anterior, de 4% para 6% do salário do servidor porque o IASB estava próximo da falência. Tal medida dera mais fôlego ao instituto, mas ainda não era possível incluir os pais dos funcionários municipais como beneficiários, apontou. Em aparte, manifestou-se o vereador Pablo Farah. Pela liderança do PSD, Dona Neves cedeu aparte à vereadora Pastora Salete. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a leitura e votação do requerimento do vereador Altair Brandão solicitando dois dias de licença parlamentar, no período de 25 a 26 de maio corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando a realização de uma sessão especial para tratar da apresentação da nova presidência e mesa diretora do Sindicato dos Músicos Profissionais do Pará. Fizeram encaminhamentos os vereadores Miguel Rodrigues e Josias Higino. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e seis votos favoráveis. Justificou seu voto o vereador Miguel Rodrigues. Procedeu-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Josias Higino solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal A Província do Pará, intitulada "Edição especial – A Província do Pará completa 145 anos de jornalismo sério e competente". Fizeram encaminhamentos os vereadores Josias Higino, Fábio Souza e Miguel Rodrigues. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e sete votos favoráveis. Foi feita posteriormente a leitura do requerimento do vereador Fabrício Gama solicitando Moção de Repúdio a Angola em virtude da expulsão dos missionários brasileiros daquele país. Fizeram encaminhamentos os vereadores Fabrício Gama, Juá Belém (com aparte do vereador Augusto Santos) e Josias Higino (com aparte do vereador Gleisson Silva), ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Dispõe sobre a obrigatoriedade das salas de cinema e todos os locais que utilizem telas de projeção de filmes, *shows* e similares localizadas no município de Belém a divulgar fotos de crianças, adolescentes, adultos e idosos desaparecidos, com seus respectivos nomes, bem como telefones para comunicar o seu paradeiro", constante no Processo nº 142/2021, de autoria do vereador Juá Belém. Na discussão, pronunciou-se inicialmente o vereador Juá Belém (com aparte do vereador Fábio Souza). Em seguida, o vereador Pablo Farah pediu Questão de Ordem solicitando mudança na ordem da pauta para que o projeto constante no Processo nº 437/2021, de sua autoria, pudesse entrar em discussão nesta sessão. O presidente Bieco consultou posteriormente as lideranças partidárias presentes e, não havendo objeção, atendeu-se à solicitação do vereador Pablo Farah. Subiu depois à tribuna o vereador Miguel Rodrigues. Findo este pronunciamento, fez-se a leitura do projeto. Em seguida, o vereador Juá Belém pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco. Posta em votação, esta proposição foi aprovada pela plenária. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco, com vinte e sete votos favoráveis. O presidente declarou então aprovado o projeto que "Dispõe sobre a obrigatoriedade das salas de cinema e todos os locais que utilizem telas de projeção de filmes, *shows* e similares localizadas no município de Belém a divulgar fotos de crianças, adolescentes, adultos e idosos desaparecidos, com seus respectivos nomes, bem como telefones para comunicar o seu paradeiro", constante no Processo nº 142/2021. Justificaram seus votos os vereadores Enfermeira Nazaré Lima, Miguel Rodrigues, Pastora Salete e Juá Belém. A seguir, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Institui o dia 21 de maio como o Dia Municipal de Proteção ao Aleitamento Materno, em conformidade com o dia mundial", constante no Processo nº 437/2021, de autoria do vereador Pablo Farah. O vereador Pablo Farah pediu depois Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Na discussão, não houve oradores. Fez-se posteriormente a leitura do projeto e da emenda supressiva ao artigo 4º deste, de autoria do vereador Pablo Farah. Postos em votação, os artigos do projeto e a emenda feita a este foram aprovados por unanimidade, em bloco, com vinte e três votos favoráveis. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que "Institui o dia 21 de maio como o Dia Municipal de Proteção ao Aleitamento Materno, em conformidade com o dia mundial", constante no Processo nº 437/2021. Justificaram seus votos os vereadores Pablo Farah, Josias Higino, Lívia Duarte, Miguel Rodrigues e Pastora Salete. Em seguida, o presidente Bieco encerrou a sessão, às onze horas e trinta e cinco minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Renan Normando, John Wayne, Altair Brandão, Blenda Quaresma e Zeca Pirão. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém, Augusto Santos, Goleiro Vinícius e Dona Neves, pelo bloco Republicanos – PSD; Neném Albuquerque, pelo MDB; Fernando Carneiro, Lívia Duarte e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Bieco e Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José

Dinely, pelo PSC; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 19 de maio de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário